

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

3.2 Outras fontes

Utilizando outras fontes de recursos (FAT/BNDES/OGU), foram contratadas 3.960 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 77,9 milhões (R\$22,0 milhões em 2010). Através do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o qual tem por finalidade financiar investimentos para implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, foram aplicados R\$383,6 milhões, beneficiando, especialmente, o setor hidroelétrico.

3.3 Agricultura familiar

Várias são as ações que o Banco vem implementando com relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com destaque para o mecanismo de monitoramento dos serviços de assistência técnica, visando garantir melhor qualidade na aplicação dos recursos; instituição do gatilho da inadimplência: vistoria prévia nas propriedades dos proponentes de projetos para acesso ao crédito; exigência de garantias reais para operações com valores superiores a R\$18 mil; reformulação da declaração de posse mansa e pacífica e capacitação de técnicos interna e externamente.

3.4 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas também tiveram o apoio financeiro do Banco, com ampliação da oferta do crédito, alcançando o total de R\$664,6 milhões (R\$797,4 milhões em 2010), correspondente a R\$380,5 milhões em micro e R\$284,1 milhões em empresas de pequeno porte. A maior parte dos recursos teve origem na carteira de fomento (R\$616,9 milhões), ficando a carteira comercial com o total de R\$47,7 milhões.

4. Crédito Comercial

Através de sua carteira de Crédito Comercial, o Banco busca atender as necessidades de curto prazo dos clientes da carteira de fomento, bem como satisfazer as demandas creditícias dos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo, através de operações de câmbio e de crédito geral.

A média anual de aplicação da Carteira Comercial, em 2011 foi de R\$1.125,8 milhões, incremento na ordem de 2,7% em relação a 2010, em que R\$1.056,1 milhões representam o saldo médio da carteira de Crédito Comercial (evolução de 6,3% em relação a 2010) e R\$69,7 milhões representam o saldo médio da área de Câmbio.

5. Desempenho Econômico - Financeiro

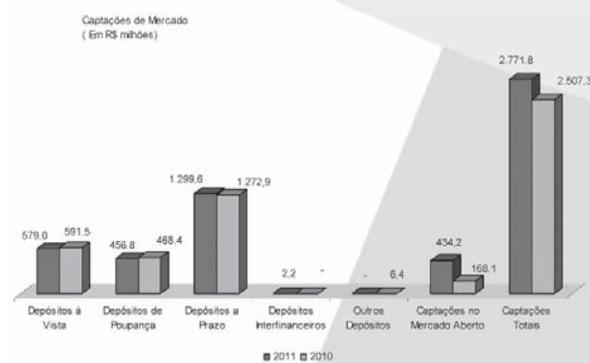
O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2011 com ativos totais de R\$9.871,6 milhões, registrando crescimento de 16,7% em relação a 2010 (R\$8.462,0 milhões).

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários juntamente com Aplicações Interfinanceiras permanecem como os maiores componentes, representando 62,1% desse total, seguida da Carteira de Operações de Crédito, com 22,0%.

A carteira de crédito (desconsiderando as operações com recursos do FNO) encerrou o exercício com saldo de R\$2.337,5 milhões, o que representa uma evolução de 19,9% em relação a 2010 (R\$1.950,3 milhões).

A carteira de crédito apresentou melhoria na qualidade em razão das novas políticas adotadas para sua concessão e acompanhamento, evidenciado através da redução da inadimplência, bem como pelo decréscimo das operações vencidas (a partir de 15 dias) do total da carteira, que em 2010 era de 11,3% passando a corresponder a 4,8% em 2011. Os créditos classificados como de risco AA a C, representam 94,6% do total da carteira enquanto que no exercício anterior eram de 89,3%. O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,5% (7,2% em 2010).

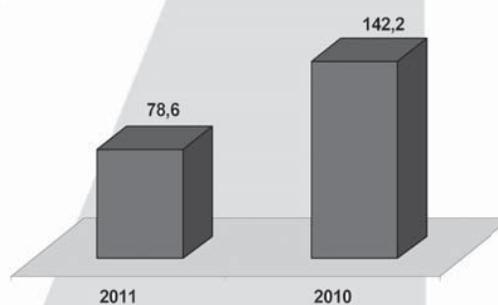
Em termos de captação no mercado, o Banco, no exercício de 2011, manteve-se praticamente com o mesmo desempenho do ano anterior, encerrando com o saldo de R\$2.336,7 milhões em depósitos (R\$2.339,3 milhões em 2010), que, somados às operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro), totalizaram R\$ 2.771,8 milhões (R\$2.507,3 milhões em 2010) de recursos.



As obrigações por empréstimos e repasses, compostas por recursos do BNDES,

Orçamento Geral da União (OGU) e Caixa Econômica Federal (CEF), fecharam com saldo de R\$468,4 milhões (R\$440,0 milhões em 2010), com uma participação de 5,8% no total do passivo.

Em termos de resultado, o Banco da Amazônia S.A. encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$78,6 milhões, inferior em 44,7% em relação ao ano de 2010. Com o lucro líquido obtido no exercício, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 2010 ficou em 4,1% (7,5% no ano anterior) e corresponde a R\$0,03 por ação.

Lucro Líquido
 (Em R\$ milhões)


O Patrimônio Líquido manteve-se, também, estável comparativamente a 2010 (R\$1.934,2 milhões em 2011 e R\$1.933,6 milhões em 2010). A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido de 2010 foi de 4,1%, uma vez que o lucro ajustado, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$78,5 milhões (R\$142,2 milhões em 2010), foi totalmente distribuído aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

O índice de Basileia ficou em 17,1%, em 2011 (22,6% em 2010).

6. Rede de Atendimento



O Banco da Amazônia faz parte da vida de quem mora na Região Amazônica por meio da concessão de crédito, apoios e patrocínios que geram emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Para isso, a política de expansão sempre será uma constante para a Instituição, uma vez que somente assim o Banco cumpre sua meta, que é promover o desenvolvimento sustentável da Região.

No exercício de 2011, foram inauguradas nove novas unidades de negócios (pontos de venda) e efetuou a renovação de mais de 140 terminais eletrônicos. Essas inaugurações incrementaram em 8,3% a rede de agências do Banco da Amazônia, que agora passa a contar com 181 unidades de atendimento na Amazônia Legal, sendo 117 agências, 54 postos de atendimento eletrônico (PAE), cinco postos de atendimento bancário (PAB), e cinco postos de atendimento avançado (PAA).

O Banco da Amazônia também faz parte da Rede TECBAN, que conta atualmente com 44 mil terminais de auto atendimento, sendo 12 mil da Rede Banco24 horas e 32 mil oriundas do compartilhamento de redes, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

7. Recursos Humanos

O Banco encerrou o ano de 2011 com 3.085 empregados e 379 estagiários, totalizando 3.464 colaboradores. Para esses empregados são desenvolvidos, permanentemente, programas de treinamento e capacitação. Os cursos são focados, em especial, para as áreas operacionais e técnicas. Assim, em 2011, foram investidos R\$3,3 milhões, em 207 eventos.

8. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Em razão do desequilíbrio atuarial verificado no Plano de Benefício Definido (BD) administrado pela CAPAF, no final de 2000, foi adotada nova estratégia com o objetivo de solucionar os problemas de déficit do plano, que envolvia a implantação de um novo plano, na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados, denominado Plano Misto de Benefícios.

O Plano Misto foi efetivamente implantado em 01.06.2001, entretanto esse novo Plano sofreu forte resistência por parte das associações representativas de empregados e aposentados, culminando com diversas ações judiciais, sendo que, em 19.12.2001, foi decretada a suspensão dos seus efeitos pelo Judiciário, somente retornando à normalidade em 2004. Migraram para o Plano Misto 936 participantes, dentre ativos e assistidos, representando 30,45% do total.

A partir de então, a CAPAF passou a administrar dois planos de benefícios: um plano BD que teve sua aprovação em 1981 e um plano Misto.

Em virtude da continuidade do desequilíbrio dos planos de previdência administrados pela CAPAF, em fevereiro de 2005 o Conselho de Administração do Banco aprovou a contratação de consultoria especializada para formatar um plano de recuperação.

Em março/2006, foi assinado "Termo de Compromisso", a ser encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com prazo de 90 dias, firmado entre o Banco da Amazônia, CAPAF, Associação dos Empregados (AEB), a Associação dos Aposentados (AABA) e demais entidades representativas dos empregados (sindicatos e confederações).

No referido Termo "as partes assumiram o exposto compromisso de envidar todos os esforços possíveis para buscar, de comum acordo e mediante propostas negociadas de concessões mútuas, uma solução viável e definitiva para o equacionamento do déficit do Plano BD".

Em agosto/2006, foi assinado o "Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos de Benefícios da CAPAF", no qual, novamente, as partes acordam em envidar todos os esforços, atuando com grupos de interesses que representavam, a fim de permitir a correta compreensão de todos os que possam aderir à referida reestruturação dos planos.

Considerando a complexidade e o volume de recursos envolvidos no projeto, inúmeras tratativas foram mantidas no âmbito do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Previdência Complementar.

Decorridos mais de três anos, após contemplar os ajustes sugeridos pelas diversas esferas do governo federal, a quem o Banco está subordinado, o projeto foi entregue à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em 06.08.2010, foram publicadas no Diário Oficial da União as Portarias nºs 585, 586, 587, 588 e 589, todas de 05.08.2010, pelas quais a PREVIC autorizou a aplicação dos regulamentos do Plano de Benefícios Previdenciários Prev Amazônia; do Plano Saldado de Benefício Definido; e do Plano Misto de Benefícios Saldado; e aprovou as alterações dos regulamentos do Plano Misto de Benefícios e do Plano de Benefícios Previdenciários (BD). Referidos atos fixaram o prazo de 180 dias para início de funcionamento dos planos.

De acordo com estudo desenvolvido pela consultoria contratada para implantação do projeto de reestruturação da CAPAF, o déficit atingiu o montante de R\$1,207 bilhão, dados com base em fevereiro/2010, cabendo ao Banco a responsabilidade por 72,84% da insuficiência de recursos.

Com o propósito de prestar esclarecimentos a respeito da versão final dos novos planos de benefícios, foram realizadas reuniões, primeiramente com os signatários dos "Termos de Compromisso", e, posteriormente, em todas as principais cidades da Amazônia e mesmo naquelas localizadas fora da Região nas quais o Banco não mais possui representação, mas onde ainda residem grupos de aposentados e pensionistas, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza.

Mesmo enfrentando forte resistência por parte de algumas entidades representativas dos empregados e aposentados, foi iniciada, em novembro de 2010, a fase de adesão. Diante das dificuldades para implantação, a PREVIC autorizou a prorrogação, por mais 120 dias, o prazo para início do funcionamento dos novos planos de benefícios.

Exauridos todos os recursos líquidos, no mês de março a CAPAF não pôde honrar com o pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de